



Comissão vota nova Previdência na quarta

Relatório do senador Tasso Jereissati, lido ontem na CCJ, suprime pontos aprovados na Câmara e sugere PEC paralela para incluir estados e municípios na reforma

A Comissão de Constituição e Justiça vota na quarta-feira o relatório do senador Tasso Jereissati à reforma da Previdência. Ontem o texto foi lido pelo relator, para quem a proposta vai diminuir o ritmo de crescimento do déficit orçamentário e garantir o pagamento de direitos

sociais no futuro. Para ele, a reforma não fere a Constituição, porque busca o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência. Após a leitura, foi aberto o prazo para emendas. Senadores lamentaram que mudanças substanciais tenham ficado para outra PEC, sobre a qual não há garantia de aprovação. 5



Simone Tebet preside reunião em que foi lido relatório de Tasso Jereissati

Pedro França/Agência Senado

Congresso derruba veto para fake news eleitoral

Em sessão conjunta do Congresso, senadores e deputados derrubaram ontem o veto presidencial à criminalização da divulgação de denúncias caluniosas, as fake news, contra candidatos

em campanhas eleitorais. O dispositivo retomado prevê prisão, que pode chegar a oito anos, a quem replicar notícia falsa nas eleições.

Outros três vetos foram mantidos pelos parlamen-

tares. A sessão foi encerrada com dez vetos pendentes de análise. Prevista para ontem, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 teve que ser adiada. 3



Marcos Oliveira/Agência Senado

Entre Eduardo Gomes e Marcos do Val, e à frente de Fernando Bezerra Coelho, Davi Alcolumbre comanda sessão

Plenário deve votar PEC da Cessão Onerosa na próxima semana

A PEC da Cessão Onerosa, que trata da distribuição do bônus do pré-sal para estados e municípios, deve ser votada na semana que vem no Plenário. O texto a ser analisado é o relatório do senador Cid Gomes sobre a proposta, aprovado ontem por

unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, e tem entre os assuntos de maior destaque a participação dos entes da Federação no bônus de assinatura do petróleo e a retirada do caráter impositivo de emendas de bancada no Orçamento da União. 3

Término de exigência sobre cota de reserva vai a Plenário

Alteração no Código Florestal que retira a exigência de averbação da cota de reserva ambiental do imóvel foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura. 7

Cumprimento de acordos climáticos será debatido 7

Verba a desastre natural pode ter prioridade 7

Senado celebra 45 anos da Codevasf 2

Impostos encarecem energia, afirmam debatedores

Em audiência na Comissão Senado do Futuro, especialistas defenderam a redução da carga tributária e dos subsídios concedidos a vários setores

para viabilizar a queda do preço da energia. A partir de 2013, as tarifas aumentaram em ritmo maior que o da inflação. Segundo o consultor

legislativo do Senado Rutelly Marques, apesar da pressão para reduzir as taxas, a tendência é que subsídios e tributos sejam mantidos. 6



Marcos Rogério (C) comanda o debate na comissão, ao lado do consultor legislativo Rutelly Marques (2º à esq.)

Jefferson Rudy/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Zequinha (C), a regularização fundiária ajuda a combater queimadas

Zequinha Marinho vai presidir Comissão de Mudanças Climáticas

O Congresso instalou ontem a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que deve priorizar o debate sobre as queimadas na Amazônia e seus impactos no Brasil e no mundo. O senador Zequinha Marinho foi eleito para presidir o colegiado. Os deputados Sergio Souza e Edilázio Jú-

nior serão, respectivamente, vice-presidente e relator da comissão.

Segundo Souza, que participa da comissão desde 2011, além do meio ambiente, o debate vai levar em conta a realidade do Brasil e os interesses econômicos que outros países têm na floresta. 2

Instalada Comissão Mista de Mudanças Climáticas

Colegiado deve dar prioridade ao debate sobre as queimadas na Amazônia, que chamaram a atenção do mundo na semana passada. Senador Zequinha Marinho será o presidente no biênio 2019-2020

A COMISSÃO MISTA de Mudanças Climáticas (CMMC) foi instalada ontem no Congresso. O senador Zequinha Marinho (PSC-PA) foi eleito presidente com um voto de diferença em relação ao senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Para os cargos de vice-presidente e relator foram escolhidos os deputados Sergio Souza (MDB-PR) e Edilázio Júnior (PSD-MA), respectivamente.

Composta por 12 senadores titulares e 12 suplentes e 11 deputados titulares e 11 suplentes, a comissão atua desde 2008 com atribuição de monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. O foco principal dos debates deverá ser as queimadas na Amazônia e seus impactos no Brasil e no mundo.

Para Zequinha, o primeiro passo para combater as queimadas é a regularização fundiária, pois é necessário que os agricultores familiares sejam oficialmente donos da

sua terra para que eles atuem na sua preservação.

— Não pode fazer uma política ambiental séria se não mudar tudo isso, senão, no ano que vem, teremos problemas do mesmo jeito. Se a gente começar a regularização fundiária agora, talvez a gente resolva os problemas do ano que vem, porque quem tiver o seu título vai fazer tudo para segurar o fogo — ressaltou.

Segundo o deputado Sergio Souza, que participa da comissão desde 2011, deve-se debater a questão da Amazônia levando em conta a realidade do Brasil e os interesses econômicos que outros países têm na floresta, além de se pensar tanto no meio ambiente quanto nas áreas social e econômica do país.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) também ressaltou que a comissão foi instalada em um período crítico em que o Brasil é alvo de muitos questionamentos a respeito das queimadas, mas que o

debate traz também questões comerciais e de soberania.

— Preservar é necessário, trabalhar com sustentabilidade é necessário, mas temos um patrimônio que nos é muito caro: o nosso agronegócio, a nossa agricultura, a nossa pecuária que hoje sofrem consequências dessa guerra insana que estão fazendo, porque não é só enfrentar os danos ao meio ambiente, tem outros interesses embutidos nesse debate — ressaltou.

O acordo inicial, firmado em fevereiro, indicava que o senador Alessandro Vieira seria escolhido presidente da comissão. Houve, no entanto, uma mudança nas indicações dos líderes para que fossem incluídos parlamentares ligados à Amazônia. Zequinha explicou que decidiu de última hora aceitar o convite para se candidatar pois cresceu no Pará e possui vínculo com a região da floresta.

Alguns parlamentares protestaram contra a quebra do acordo, entre eles o próprio Alessandro e o senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

— Confesso que estou um pouco estarecido, não é nada pessoal, mas do que chegou ao meu conhecimento era o cumprimento de um acordo para a eleição do senador Alessandro. Acredito que o acordo deve ser respeitado sempre, mas, como vivemos em uma democracia e foi livre arbítrio de Vossa Excelência colocar seu nome, e foi eleito, assim estarei aqui também para contribuir como membro — explicou Contarato, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado.



Alessandro Vieira e Zequinha Marinho, que se candidataram à presidência

Senado comemora os 45 anos da Codevasf em sessão especial

O Senado realizará sessão especial hoje, às 10h, em comemoração aos 45 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A homenagem foi requerida pelos senadores Roberto Rocha (PSDB-MA), Alvaro Dias (Podemos-PR), Arolde de Oliveira (PSD-RJ), Elmano Férrer (Podemos-PI), Otto Alencar (PSD-BA) e Telmário Mota (Pros-RR), a fim de comemorar o aniversário da companhia.

A Codevasf é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional e comple-

tou 45 anos de existência em 16 de julho. Sua missão é desenvolver a região das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais.

A empresa ainda realiza diversas ações de revitalização voltadas para o aumento da quantidade e melhoria da qualidade da água, com implantação de sistema de tratamento de esgoto e recuperação hidroambiental.

Foram convidados para a celebração representantes da Codevasf, senadores, deputados, governadores e ministros.

Líder espírita Bezerra de Menezes será homenageado hoje no Plenário da Casa

O Plenário terá sessão especial hoje, às 16h, para homenagear Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, um dos expoentes do espiritismo.

O homenageado foi médico, militar, jornalista, escritor e político e tornou-se um dos grandes nomes da chamada doutrina espírita.

Nascido na cidade de Riacho do Sangue, no Ceará, Bezerra de Menezes ficou conhecido como Médico dos Pobres em virtude de ações voluntárias e de solidariedade que praticava. Foi duas vezes presidente da Federação Espírita Brasileira (FEB).

Sancionada lei sobre mediação e arbitragem em desapropriações

Foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União*, a sanção da lei que autoriza o uso de mediação ou arbitragem para definir os valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública. A Lei 13.867, de 2019, é oriunda de um projeto do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e tem por finalidade viabilizar uma resolução mais rápida dos processos de desapropriação. O PLS 135/2017 foi aprovado em junho pela Câmara.

O presidente Jair Bolsonaro vetou quatro dispositivos da proposta. A norma entrou em vigor ontem e aplica-se às desapropriações cujo decreto seja publicado a partir de hoje.

A nova lei estabelece que, após decretar a desapropriação, o poder público deverá notificar o particular, enviando uma oferta de indenização. O prazo para aceitar a proposta é de 15 dias



Genildo Magalhães/Agência Senado

Projeto que deu origem à nova legislação é de Antonio Anastasia

e o silêncio será considerado rejeição. O proprietário do imóvel poderá aceitar a proposta e receber o dinheiro. Caso opte pela negociação, ele indicará um órgão especializado em mediação ou arbitragem previamente cadastrado pelo responsável pela desapropriação. Um dos artigos vetados determinava que o acordo para desapropriação deveria ser efetivado em até cinco anos.

Com Agência Câmara

Lei obriga TCU a manter sigilo de denúncia que represente risco

Foi publicada na terça-feira no *Diário Oficial da União* a Lei 13.866, que obriga o TCU a manter sigilo do objeto e da autoria de denúncias recebidas quando for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. A norma é oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS) 61/2005, do ex-senador Pedro Simon. O objetivo é proteger o autor da denúncia, afastando a possibilidade de intimidação a quem revelar alguma irregularidade em sua comunidade.

“O denunciante sempre se exporá a inúmeros riscos pessoais, podendo ser retaliado mediante ações judiciais, administrativa-mente em suas atividades laborativas e até mesmo sofrer agressões físicas ou ser assassinado, razão pela qual a proteção da sua identidade é medida imperiosa e eficaz a qualquer estratégia de combate à corrupção e à preservação da moralidade pública”, concorda o relator na Câmara, deputado Luiz Flávio Gomes (PSB-SP).

Com Agência Câmara

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Previdência**
9h Audiência sobre Previdência e trabalho, com o tema “A Previdência que queremos”.
- CE Segurança de barragens**
10h Debate sobre a criação do Dia Nacional de Segurança de Barragens.
- CMA Políticas para o clima**
10h Audiência para levantar informações sobre estimativas e compromissos no âmbito da Política Nacional de Mudança do Clima.
- CRE Transporte de autoridades**
10h Entre 12 itens, o PLS 592/2015, sobre o transporte aéreo de autoridades.

- SESSÃO ESPECIAL 45 anos da Codevasf**
10h Comemoração dos 45 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
- CCJ Reforma tributária**
14h Audiência para discutir a PEC 110/2019, que reformula o sistema tributário brasileiro.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.
- SESSÃO ESPECIAL Líder espírita**
16h Homenagem a Adolfo Bezerra de Menezes.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Derrubado veto sobre *fake news* em eleições

Em sessão do Congresso Nacional, senadores e deputados mantiveram outros três vetos, como o que acabava com a obrigatoriedade de assistência odontológica em UTIs

O PLENÁRIO DO Congresso derrubou ontem o veto presidencial sobre a criminalização da divulgação de denúncias caluniosas — as chamadas *fake news* — com finalidade eleitoral. Outros três vetos foram mantidos pelos parlamentares, entre eles o que derrubava a obrigatoriedade de prestação de assistência odontológica a pacientes de UTIs.

A sessão conjunta foi encerrada com dez vetos pendentes de análise. Um deles, sobre concursos literários regionais, chegou a ser rejeitado pelos deputados, mas ainda precisa ser votado pelos senadores. A próxima reunião do Congresso, ainda sem data agendada, começará por ele.

Com o adiamento da análise dos vetos, também foi transferida para a próxima reunião a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - PLN 5/2019) e de quatro pedidos de autorização para a abertura de créditos orçamentários suplementares, no valor de R\$ 3,4 bilhões.

O Congresso recuperou o trecho do Código Eleitoral que criminaliza a disseminação de denúncias caluniosas contra candidatos em eleições. Os parlamentares rejeitaram o veto presidencial sobre o dis-



Davi Alcolumbre comanda sessão do Congresso para análise de vetos ao lado do senador Marcos do Val

positivo da Lei 13.834, de 2019, que tipifica essa conduta. A lei estabeleceu como crime no Código Eleitoral (Lei 4737, de 1965) a instauração de investigação, processo ou inquérito contra candidato que seja sabidamente inocente. A pena é de dois a oito anos de prisão, e multa. O texto original da lei estendeu a mesma punição a quem replicar a denúncia.

Essa segunda parte havia sido vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, com o argumento de que a conduta de calúnia com objetivo eleitoral já está tipificada em outro dispositivo do Código Eleitoral. Nesse caso, a pena é de seis meses a dois anos.

O Executivo afirmou que, ao estabelecer punição maior, a nova lei violava o princípio da proporcionalidade.

Prática criminosa

O senador Humberto Costa (PT-PE) foi um dos que defenderam a derrubada do veto. Ele disse que é preciso se posicionar contra a prática criminosa de ataques à reputação de pessoas e instituições. Para o senador, ou o Brasil combate de vez as *fake news* ou será vítima de um processo de autoritarismo nunca visto em nossa história.

— Quem inventa notícia falsa, quem faz o processo de destruição de reputação

sabendo que está propagando mentiras tem que ser severamente punido.

O veto ao projeto de lei que previa a realização de concursos literários regionais em todo o país chegou a ser votado e rejeitado pelos deputados, mas não houve quórum para concluir a análise pela parte dos senadores.

No entanto, a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), anunciou que há acordo para a derrubada do veto.

O PLC 95/2017 inclui na Política Nacional do Livro (Lei 10.753, de 2003) a realização, pelo Executivo federal, de concursos literários regionais

para fomentar o estímulo da leitura e a descoberta de novos autores. O projeto foi aprovado em maio, mas o governo o vetou alegando a criação de despesas sem compensação ou justificativa.

Senadores e deputados optaram por manter três vetos: o adiamento da transferência da Junta Comercial do Distrito Federal para o controle do governo local, a criação de juizados criminais especiais para crimes digitais e a obrigatoriedade de assistência odontológica para pacientes de UTIs.

No caso da Junta Comercial do DF, objeto da Lei 13.833, de 2019, Jair Bolsonaro vetou a transferência de forma automática no dia 31 de dezembro de 2019. O presidente optou por manter a data prevista inicialmente, 1º de março, quando a medida provisória estava valendo. Já os juizados foram vetados porque, segundo o presidente, a proposta usurpava uma competência do Judiciário.

Por fim, a assistência odontológica, prevista no PLC 34/2013, foi vetada porque representaria um aumento de despesas sem a indicação de um cancelamento equivalente no orçamento e sem um estimativa de impacto fiscal.

Proposta de cessão onerosa deve ser votada em Plenário na semana que vem

A votação da PEC da cessão onerosa, prevista para ontem no Plenário, foi adiada para a próxima semana. A mudança da sessão ocorreu devido à sessão do Congresso para votação de vetos. O texto, aprovado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), inclui dois assuntos considerados de maior destaque: a participação de estados e municípios no bônus de assinatura do petróleo e a retirada do caráter impositivo de emendas de bancada no Orçamento da União.

O relator da PEC 98/2019, senador Cid Gomes (PDT-CE), afirmou à imprensa que a proposta deve ser votada na primeira semana de setembro, em dois turnos, seguindo para análise da Câmara logo depois.

— Há um entendimento com as lideranças para que seja votado em primeiro turno, em seguida um requerimento de quebra de interstício, e, na sequência, o segundo turno. Na CCJ a aprovação foi consensual, por unanimidade — afirmou.

O texto que será votado em Plenário é o relatório de Cid aprovado na CCJ. A proposta destina a estados e municípios parte do que será arrecadado pela União com o bônus de

assinatura (pagamento que a empresa ganhadora da licitação realiza na assinatura do contrato de exploração) do leilão do pré-sal, agendado para novembro.

Estados e municípios não receberam dinheiro da primeira etapa da exploração, porque a transferência do arrecadado pelo pré-sal é contabilizada no cálculo das despesas primárias do Orçamento federal. Quando a parcela esbarra no teto de gastos da União, não há o repasse. A PEC 98/2019 altera isso: ela modifica a regra dos limites de despesas primárias (prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) para evitar que essas transferências entrem na conta do teto e o dinheiro fique retido nos cofres da União.

O relator explicou que a expectativa é que a União arrecade R\$ 106 bilhões com esse bônus de assinatura. Desse montante, disse, o governo terá de pagar R\$ 36 bilhões para a Petrobras, relativos ao contrato da cessão onerosa sobre o petróleo excedente do pré-sal.

A cessão onerosa (Lei 12.276, de 2010) é um contrato em que o governo cedeu uma parte da área do pré-sal para a Petrobras, que obteve o direito de



Cid Gomes apresenta relatório na Comissão de Constituição e Justiça

explorar até 5 bilhões de barris de petróleo por contratação direta por 40 anos. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo. No entanto, descobriu-se posteriormente um volume maior do combustível fóssil na região, o que fez a Petrobras pedir ajuste no contrato por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo.

Pacto federativo

No leilão, depois de acertar a dívida com a Petrobras, explicou Cid, restarão cerca de R\$ 70,5 bilhões. Desse valor, 15% serão destinados aos municípios e 15% aos estados e ao Distrito Federal, caso a PEC seja aprovada. Ele acrescentou que a cessão onerosa será um dos

pontos do novo pacto federativo. A PEC também autoriza o início de um investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, mesmo que isso não esteja previsto no Plano Plurianual (PPA), ou não haja lei autorizando essa inclusão. Para dar continuidade de investimentos em execução, o texto da Câmara diz que a LDO, no exercício do ano corrente e mais dois subsequentes, terá um anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária.

— Isso vai incorporando a cultura de planejamento e consequência de investimentos que, uma vez começados, precisam ter continuidade —

comentou Cid Gomes.

A proposta permite que a execução orçamentária seja interrompida caso haja impedimentos de ordem técnica justificados, e prevê ainda que a execução do Orçamento pelo governo fica subordinada ao cumprimento das leis que estabelecem metas fiscais ou limites de despesas. Além disso, não impede o cancelamento eventual da abertura de créditos adicionais.

Na discussão do relatório na CCJ, Eliziane Gama (Cidadania-MA) tentou desvincular da proposta alterações sobre a execução do orçamento impositivo, mas Cid negou o pedido porque, de acordo com ele, a questão dos bônus de assinatura foi enxertada no texto para garantir que estados e municípios recebam os recursos do petróleo. Alessandro Vieira (Cidadania-SE) quis colocar 1% como um piso que asseguraria o caráter impositivo das emendas de bancada.

— Se passar de 1% quem vai decidir qual vai ser executada é o Executivo — explicou Cid.

Segundo o relator, para o Congresso estabelecer a quantidade de emendas não é preciso mudar a Constituição, só aprovar um projeto de resolução.

Segurança de dados precisa de profissionais, diz audiência

Em audiência ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia, especialistas disseram que o país é o terceiro no mundo com maior incidência de ataques virtuais, mas formou apenas 358 técnicos em 1997

TERCEIRO PAÍS DO mundo com maior incidência de ataques virtuais, o Brasil forma poucos especialistas em segurança da informação. Segundo o diretor de Relações Internacionais e Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Sérgio Sgobbi, apenas 358 brasileiros ingressaram na área em 2017. Para Sgobbi, que participou de audiência ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a dimensão continental do país e o grande número de pessoas conectadas facilitam a ação dos hackers. Segurança cibernética, disse, é fundamental para todos, mas a atividade precisa de investimentos. Ele também alertou a população para a necessidade de atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018), que entra em vigor em agosto de 2020.

— O tema é árido e ainda pouco percebido pela sociedade. Então, eu saúdo muito esse debate, porque segurança é estratégica e a gente precisa olhar para isso.

O debate atendeu requerimento de Jean Paul Prates (PT-RN), que quis ouvir de especialistas como os parlamentares podem contribuir com as estratégias para a segurança do ambiente virtual.

— Estamos falando de algo extremamente importante e hoje tão elementar quanto comer e beber. Vamos desde as fotos de Facebook, filmes que nossas famílias guardam nos celulares, passando pelos dados de pequenas e grandes



Jean Paul Prates (2º à esq.) pediu a audiência para ouvir sugestões

estatais e empresas, equipamentos, até ao nível macro de atos terroristas em massa — disse o senador.

O diretor de Relações Institucionais da Huawei, empresa chinesa que fornece soluções de tecnologia da informação e comunicação em 170 países, Carlos Lauria, afirmou que segurança da informação não é uma preocupação apenas de governo, mas de toda a sociedade, já que as pessoas precisam ter a certeza de que os dados compartilhados não serão mal utilizados.

— Segurança cibernética é uma maratona, e não uma corrida de 100 metros rasos. Devemos trabalhar juntos para conseguirmos construir um mundo confiável, seguro e inteligente.

Segundo o assessor do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Arthur Pereira Sabbat, o avanço tecnológico e a expansão da oferta de serviços públicos nos três Poderes por

meios digitais aumentaram a vulnerabilidade a ataques. Ele disse que as ações do GSI têm sido abrangentes na área, com medidas para uso seguro da internet, defesa física e proteção de dados pessoais e organizacionais.

— Nossa preocupação é sempre com a segurança do Estado. E estamos certos de que a segurança cibernética só terá sucesso no país se for fruto de uma construção conjunta de todos os atores da sociedade.

A diretora do Departamento de Serviços de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), Miriam Wimmer, destacou que a pasta dá apoio ao processo de transformação digital do país, participando de ações para segurança desses serviços.

— É um tema que desperta nossa atenção e temos trabalhado de maneira harmônica com órgãos parceiros. Temos ainda um longo caminho a percorrer, e o Congresso é fundamental nesse debate.

Debate sugere descentralização de crédito para o Centro-Oeste

Em audiência pública ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senadores criticaram a distribuição de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, gerido pelo Banco do Brasil. Eles pediram redução da burocracia para os pequenos negócios e defenderam uma mudança no plano de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O superintendente da Sudeco, Nelson Vieira Fraga Filho, disse que são poucos os recursos do fundo, que tem como objetivo promover ações concretas de desenvolvimento — não entregando emendas parlamentares aos municípios, mas projetos interessantes que possam ser adotados pelas cidades.

Além disso, ele sugeriu que os projetos não dependam totalmente dos recursos financiados pelo fundo.

— O objetivo é conseguir fazer um modelo onde você propõe recursos para financiar a atividade produtiva. É não precisar financiar 100%, poder financiar 20% e o próprio setor vir com 80%. É o tipo de recurso que agrega produtividade e emprego.

O presidente da comissão, Izalci Lucas (PSDB-DF), ressaltou que o Fundo Constitui-

cional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) não tem atendido os seus objetivos devido à centralização do crédito nas mãos do Banco do Brasil, o que inviabiliza o atendimento aos empresários que possuem menos recursos, por conta das exigências pré-estabelecidas.

O senador sugeriu a adoção de medidas que garantam a liberação de mais dinheiro para esses pequenos negócios, seja tirando a responsabilidade total do banco, seja criando um fundo garantidor das operações que diminua as cláusulas de risco do contrato.

Jayme Campos (DEM-MT) concordou que é necessário facilitar as operações de crédito, desburocratizando o acesso de quem mais precisa, para que o fundo possa cumprir sua finalidade.

O representante do Banco do Brasil, Emmanoel Rondon, relatou que é um esforço da instituição financeira ter outros repassadores operando os recursos do FCO, com o objetivo de evitar empocamento.

Em comparação com 2018, houve uma redução de 36% do orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que passou de R\$ 107 milhões para R\$ 67 milhões.



Izalci (E) ouve o representante do Banco do Brasil, Emmanoel Rondon

Propriedade cruzada em telecomunicações tem apoio do relator em comissão

O senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) apresentou ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), relatório favorável ao projeto que permite que operadoras de TV por assinatura possam produzir conteúdo (PL 3.832/2019). A proposta deve ser votada na próxima reunião do colegiado.

O texto muda a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), ou Lei da TV Paga (Lei 12.485, de 2011), acabando com restrições à propriedade cruzada entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo (empresas de telefonia e internet), concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de som e imagem (emissoras de TV e rádio) e produtoras e progra-

madoras do SeAC (TV paga).

A legislação atual determina que uma empresa de telefonia não pode ter mais do que 30% do capital de uma emissora de rádio ou TV ou produtora de TV paga com sede do Brasil nem explorar diretamente esses serviços. As emissoras e produtoras, por sua vez, não podem ter mais do que 30% do capital de uma empresa de telefonia nem explorar diretamente serviços dessa natureza. Para o autor, Vanderlan Cardoso (PP-GO), não há razões para se restringir antecipadamente a propriedade cruzada.

Arolde recomendou a aprovação do texto. Segundo o relator, à época da aprovação da lei em vigor, o crescimento do mercado de TV por as-

sinaturas era vigoroso, e as projeções apontavam para até 30 milhões de assinantes nos anos seguintes, mas não foi o que ocorreu. O rápido avanço da internet levou à popularização de aplicações de vídeo sob demanda, como YouTube



Major Olimpio e Rogério Carvalho ouvem o relator, Arolde de Oliveira

e Netflix, diminuindo o interesse pelas TVs por assinatura tradicionais. Dos 20 milhões de assinantes em 2014, em maio de 2019, já eram menos de 17 milhões.

O projeto revoga restrições à produção de conteúdo pelas

prestadoras do serviço de TV paga. Para Arolde, com o crescimento das aplicações de vídeo sob demanda pela internet, criou-se uma concorrência injusta com os distribuidores do SeAC, já que esses novos serviços têm liberdade para contratar profissionais e produzir conteúdo.

Após a leitura do relatório, no entanto, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), pediu um tempo para analisar o projeto e.

— É um assunto sobre o qual não posso me omitir. A comissão fez a parte dela, instruiu o projeto, e aqui eu venho reforçar a necessidade de pedir vista porque eu quero interferir nesse projeto.

Se o projeto for aprovado na CCT, vai para a Câmara.

Relatório do senador Tasso Jereissati foi lido ontem na CCJ com a supressão de pontos aprovados na Câmara e a sugestão de uma PEC paralela para incluir estados e municípios

Comissão vota Previdência na quarta-feira



O SENADOR TASSO Jereissati (PSDB-CE) apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

seu relatório à proposta de reforma da Previdência. Após mais de duas horas de leitura do texto de 58 páginas, Tasso defendeu a aprovação da PEC 6/2019, para que o déficit orçamentário não cresça de forma tão veloz e para que direitos sociais continuem a ser garantidos no futuro. Ao final da leitura, a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), concedeu tempo para os senadores analisarem o relatório. O prazo vai até a votação na comissão, agendada para quarta-feira.

Tasso garantiu que a reforma não fere a Constituição, porque busca o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência. Sem isso, disse, pontos da Carta Magna que beneficiam principalmente os mais carentes podem se tornar nulos.

— É forçoso concluir: inconstitucional é não reformar [a Previdência] — afirmou o senador.

Alterações ao texto aprovado pela Câmara, como a inclusão dos estados e municípios na reforma, foram sugeridas por Tasso em uma PEC paralela.

Apesar de concordarem com a necessidade de alterações na PEC apresentada ontem, alguns senadores

lamentaram que as mudanças mais substanciais tenham ficado para outra proposta, sobre a qual não há garantia de aprovação.

Os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Weverton (PDT-MA) insistiram que as mudanças sugeridas deveriam fazer parte da própria PEC 6/2019, e não da PEC paralela.

— É a PEC da balela, sai do Senado e vai para gaveta na Câmara. Não anda — alertou Weverton.

Até as 14h de ontem foram apresentadas 287 emendas, das quais 145 já haviam sido analisadas por Tasso. A presidente da CCJ recomendou que outras emendas fossem protocoladas somente até terça-feira às 12h, para que o relator tenha tempo hábil de analisá-las até o texto ser votado, no dia seguinte.

Avaliação

Simone confirmou que o complemento de voto, com a avaliação das emendas restantes, ocorrerá às 9h da quarta-feira. Está previsto tempo para a apresentação e leitura de pelo menos um voto em separado, que é um relatório alternativo apresentado por outro senador que não o relator.

— Vai tarde adentro. Acredito que não conseguimos fechar [a votação] antes das 4h ou 5h da tarde — afirmou.



Presidente da CCJ, Simone Tebet, e o relator, Tasso Jereissati, que excluiu o BPC da reforma

O texto de Tasso sugere a retirada de alguns trechos da PEC aprovada na Câmara. Isso, no entanto, não torna necessário o retorno do texto para reavaliação dos deputados.

— Teremos cautela em propor somente supressões que não alterem o sentido do texto aprovado — disse o relator.

Entre os trechos retirados, o mais substancial é a eliminação, por completo, de qualquer menção ao Benefício da Prestação Continuada (BPC). Ou seja, as regras atuais ficam mantidas e esse benefício não passará a ser regulamen-

tado pela Constituição. Segundo Tasso, o texto da Câmara constitucionalizava o atual critério previsto em lei para uma família ter direito ao BPC — a linha de pobreza de um quarto do salário mínimo per capita (menos de R\$ 250). No entanto, há questionamentos na Justiça que flexibilizam esse limite para meio salário mínimo por pessoa (cerca de R\$ 500). A inserção do critério na Constituição impediria decisões judiciais favoráveis a famílias carentes, mas com renda levemente superior, o que, segundo o senador, não permitiria o acesso de pessoas “que ganham entre R\$ 300 e R\$ 400 por mês”, ao BPC. A mudança diminuiu o impacto fiscal em R\$ 22 bilhões.

O relator também suprimiu o dispositivo que elevava a regra de pontos, ao longo dos anos, para a aposentadoria especial dos trabalhadores expostos a agentes nocivos, como os mineiros de subsolo. Com a supressão, fica mantida apenas a necessidade de somar idade e tempo de contribuição (em valores de 66, 76, ou 86 anos para mulheres e homens, dependendo do caso), levando em conta tempo de exposição às situações nocivas (de 15, 20 ou 25 anos, também a depender do caso). A mudança diminuiu o impacto fiscal da reforma em R\$ 6 bilhões. Ainda foram eliminados trechos que poderiam impedir a criação da contribuição extraordinária cobrada de servidores, aposentados e pensionistas dos estados e municípios. Exemplo disso é a redação do artigo 149, que ficou sem a expressão “no âmbito da União” para evitar interpretações de que a contribuição só poderia ser cobrada pela União.

Impacto fiscal

Com as alterações, o relator prevê que a aprovação da PEC terá um impacto fiscal de R\$ 902 bilhões, em vez dos R\$ 930 estimados no texto da Câmara. Mas a aprovação da PEC paralela garantiria mais R\$ 505 bilhões em receitas.

Tasso disse que a estimativa de R\$ 1 trilhão de impacto fiscal da proposta original (reduzido para R\$ 930 bilhões no texto que veio da Câmara e R\$ 902 bilhões, com as supressões sugeridas pelo relator) será apenas um alívio na trajetória do gasto previdenciário. Vai evitar o crescimento explosivo da dívida pública, mas não vai impedir que a despesa previdenciária chegue a R\$ 9 trilhões nos próximos 10 anos.

PEC paralela estende regras da União a estados e municípios

Tasso Jereissati explicou que a principal conclusão dos debates na Comissão Especial do Senado que acompanhou a tramitação da PEC da reforma da Previdência na Câmara foi a inclusão de estados, Distrito Federal e municípios. Por isso, esse é o primeiro item da minuta da PEC paralela que o senador elaborou para alterar o texto aprovado pelos deputados. Com a PEC paralela, a proposta que saiu da Câmara, mesmo com as supressões, poderá ser promulgada sem atrasar a reforma.

Governadores ouvidos por senadores têm pedido a reinclusão de todos os entes federados na reforma, como sugeria a proposta inicial do governo. Para o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, uma reforma da Previdência sem estados e municípios significaria “meio serviço feito”, citou Tasso.

A redação da PEC paralela garante a adoção das regras aprovadas para a União também para os estados e municípios, desde que as Assembleias Legislativas aprovem propostas nesse sentido. O estado que aprovar a adoção das regras terá os municípios com regimes próprios de previdência automaticamente incluídos, a não ser que as Câmaras de Vereadores aprovem projetos pedindo sua exclusão, em até um ano após a vigência das regras. Com a inclusão de todos os entes, o impacto fiscal é estimado em R\$ 350 bilhões em 10 anos.

Na PEC paralela também estão previstas mudanças para garantir que a pensão por morte nunca seja inferior a um salário mínimo. O novo

texto também altera o percentual acrescido à pensão, por dependente menor de idade, dos atuais 10% para 20%. Para cobrir esses benefícios, a Instituição Fiscal Independente (IFI), que assessorou Tasso, calculou que serão necessários gastos de R\$ 40 bilhões em 10 anos.

Outra sugestão incluída no texto paralelo beneficia os homens que ainda ingressarão no mercado de trabalho após a entrada em vigor das mudanças. Para eles, a PEC paralela sugere 15 anos mínimos de contribuição, em vez dos 20 previstos na proposta da Câmara. Tasso observou que, na primeira década após a promulgação da emenda, não há impacto fiscal, o que só deve acontecer mais tarde.

Acidente

A proposta alternativa também apresenta um cálculo mais vantajoso para a aposentadoria por incapacidade em caso de acidente, com um acréscimo de 10% na aposentadoria. Na PEC 6/2019, o cálculo fica limitado a acidentes que aconteçam no local de trabalho, doença profissional ou doença de trabalho. O impacto estimado para cobrir a ampliação do benefício é de R\$ 7 bilhões em dez anos, segundo a IFI.

A PEC paralela também prevê a criação de novas fontes de recursos para a seguridade social. A ideia é implantar uma cobrança gradual de contribuições previdenciárias das entidades educacionais ou de saúde enquadradas como filantrópicas, mas com capacidade financeira.

Nesse ponto, Tasso deixou claro que ficam excluídas as Santas Casas de Misericórdia, que prestam atenção à saúde. Com essa medida, estima-se um impacto fiscal positivo de R\$ 60 bilhões. O relator também vai incluir no texto paralelo a cobrança gradual de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador, o que pode gerar uma arrecadação da ordem de R\$ 60 bilhões em dez anos.

Outra nova receita proposta é uma cobrança no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) destinada a incentivar micros e pequenas empresas a investirem em prevenção de acidentes de trabalho e proteção do trabalhador contra exposição a agentes nocivos à saúde. A expectativa é de uma arrecadação de R\$ 35 bilhões em uma década com a cobrança.

Tasso sugeriu ainda a reabertura, por seis meses contados da data em que a PEC paralela for promulgada, do prazo para migração dos servidores federais que quiserem aderir ao regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, administrado pela Funpresp, com a devida contrapartida do governo. Esse prazo, de acordo com a Lei 13.809, de 2019, encerrou-se em 29 de março, antes, portanto, de os servidores conhecerem as novas regras para suas aposentadorias. Os custos iniciais com essa migração, estimados em R\$ 20 bilhões, seriam compensados mais tarde, segundo os dados apresentados pelo relator.

MP que mantém servidores da Defensoria é defendida

Em debate em comissão mista, convidados ressaltaram a necessidade da manutenção de funcionários cedidos de outros órgãos para garantir a continuidade do serviço de assistência jurídica gratuita

REPRESENTANTES DA DEFENSORIA Pública da União (DPU) defenderam a medida provisória que busca garantir o funcionamento do órgão com a manutenção de servidores requisitados de outros órgãos do Executivo. Em audiência na comissão mista da MP 888/2019, o defensor público-geral federal, Gabriel Faria Oliveira, explicou que o quadro dos servidores da DPU, desde 1995, conta exclusivamente com apoio do Executivo, com 71 unidades instaladas.

A instituição, que presta assistência jurídica gratuita aos cidadãos que comprovem insuficiência de recursos, funciona atualmente com dois terços de servidores cedidos por outros órgãos de governo, e que teriam que retornar aos órgãos de origem ainda em julho deste ano.

O órgão conta hoje com 639 defensores públicos, de um total de 1.280 cargos criados, e com outros 1.320 servidores que não são defensores e atuam no apoio administrativo.

Relatada pelo senador Lasier



Zenaide Maia diz que a Defensoria Pública tem apoio da população

Martins (Podemos-RS), a MP prevê a manutenção de 819 servidores requisitados como forma de garantir a continuidade dos serviços de orientação e defesa judiciais dos mais pobres.

— A MP fará com que não seja necessário fechar unidades, caso não se consigam manter todos os servidores. Precisamos dos servidores para diversas áreas que demandam força administrativa — afirmou Oliveira.

A presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Luciana Dytz destacou que a DPU prestou quase 2 milhões de

atendimentos em 2018, e que a defensoria não conta com um quadro próprio suficiente porque não existe orçamento.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) também destacou a atuação da DPU e disse que o órgão conta com a credibilidade da população.

— A defensoria é o exemplo de que a gente precisa de um Estado que dê segurança social, econômica, e saúde e educação.

Se aprovada na comissão mista, a medida será votada nos Plenários da Câmara e do Senado. A vigência do texto, já prorrogada, expira em 16 de novembro.

Segue para o Plenário limite de ruído para fogos de artifício

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que fixa limites de emissão sonora para fogos de artifício. O PL 2.130/2019 veda a fabricação, a comercialização e a importação de fogos de artifício das classes B, C e D que não atenderem regulamento específico. A proposta, que segue para o Plenário, visa à proteção de pessoas e animais contra a poluição sonora das explosões. Os fogos de artifício de classe A não produzem barulho.

O texto é um substitutivo da relatora na Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Mailza Gomes (PP-AC), à sugestão legislativa (SUG 4/2018) apresentada por um cidadão por meio do Portal e-Cidadania. Transformada em projeto em abril, a sugestão original, feita pelo ativista Rogério Nagai, de São Paulo (SP), previa a proibição total de fogos de artifício produtores de ruídos. Na CDH, Mailza apresentou o projeto com a previsão de limites aos ruídos provocados pelos fogos de artifício.

O relator na CMA, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), considerando a importância que os fogos de artifício têm como manifes-

tação cultural popular para os brasileiros, concordou com a alteração da proposta original promovida na Comissão de Direitos Humanos (CDH). De acordo com Styvenson, há estudos em todo o mundo que demonstram que o barulho intenso de fogos de artifício é frequentemente causa de mortes de animais, especialmente pássaros, os quais se chocam com obstáculos à noite em voos desorientados. O barulho intenso também incomoda idosos, doentes e crianças.

— Esse projeto veio de uma iniciativa popular e revela o incômodo desses fogos — disse.

Styvenson ainda disse que os animais domésticos também são muito afetados pelo barulho das explosões.



Styvenson Valentim é o relator na Comissão de Meio Ambiente

Subsídios e impostos elevam preço da energia, aponta debate

Especialistas defenderam ontem a necessidade de reduzir a carga de tributária e os subsídios concedidos a diversos setores para viabilizar a diminuição do valor da tarifa de energia elétrica cobrada dos consumidores brasileiros. Em audiência pública na Comissão Senado do Futuro (CSF), diversos técnicos do setor elétrico discutiram a evolução das tarifas de energia elétrica que, a partir de 2013, cresceram em ritmo maior que o da inflação. O debate foi solicitado pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA).

Assessor do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Thiago Ve-

loso chamou a atenção para o fato de que os subsídios concedidos ao sistema isolado, irrigantes, empresas de saneamento e para produtores e consumidores de energia de fontes alternativas passaram de R\$ 5,5 bilhões em 2013 para R\$ 10,4 bilhões em 2018.

O consultor legislativo do Senado Rutelly Marques traçou um cenário pessimista com relação ao custo da produção de energia elétrica para os próximos anos. Segundo ele, o fato de que, em leilões recentes, energias alternativas tenham sido negociadas a preços bastante competitivos, deve ser relativizado devido às empresas do setor serem fortemente

subsidiadas e lançarem mão de estratégias para venderem no mercado regulado, garantindo acesso à rede de transmissão.

Subsídios

A tendência atual, observou, é de crescimento dos subsídios para fontes alternativas e de manutenção da carga tributária.

— A carga tributária vai ser mantida, mas há pressão enorme para reduzir. Contudo, a gente tem que lembrar que o ICMS representa mais de 10% da arrecadação dos estados com esse tributo. Então, nesse cenário de crise fiscal, dificilmente os estados vão aceitar reduzir ICMS como

forma de reduzir o custo da energia elétrica. É um tributo arrecadado num setor fácil de cobrar — explicou.

Consultor do Conselho Nacional de Energia, Carlindo Lins falou dos problemas criados para o setor elétrico com a edição da Medida Provisória 579/2013. Para ele, a tendência para os próximos anos é de aumento cada vez maior das tarifas de energia elétrica em relação à inflação.

O defensor público Cássio Vasconcelos apresentou dados que demonstram um crescimento expressivo de demandas de consumidores de Belém relativas à energia elétrica. Segundo ele, 59% das

reclamações dirigidas ao órgão correspondem a cobranças de concessionárias correspondentes a consumos não registrados e supostamente desviados. Segundo ele, essas cobranças são autorizadas pela Resolução 414/2010 da Aneel, a qual não apresenta critérios claros.

— Tenho a impressão de que a política de recuperação de consumo, chancelada na Resolução 414, de 2010, da forma como está, tem provocado uma avalanche de reclamações nos órgãos de sistema de Justiça, levando, naturalmente, ao aumento no quantitativo de processos. Então, é preciso rever, no meu ponto de vista, os critérios da recuperação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Exigência de averbação da cota de reserva deve acabar

Proposta aprovada ontem na Comissão de Agricultura vai ao Plenário. Para a relatora, Leila Barros, o controle é mais efetivo por meio do Cadastro Ambiental Rural do que averbando a matrícula do imóvel

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o projeto que altera o Código Florestal para retirar a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel. O texto (PLS 251/2018) foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no final do ano passado e, se não houver recurso para o Plenário, segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

As cotas de reserva ambiental representam áreas “excedentes” de vegetação nativa em uma propriedade que podem ser usadas para compensar a falta de reserva legal em outra.

De acordo com o autor da proposta, senador Wellington Fagundes (PL-MT), a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel não é condizente com o tratamento simplificado que o Código Florestal (Lei 12.651, de 2012) estabeleceu para a reserva legal, cujo registro passou a ser feito apenas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Wellington explica que a lei instituiu o CAR, que é um registro público eletrônico, e não exigiu a averbação da reserva legal na matrícula do imóvel rural, conforme previa o antigo Código Florestal. Contudo, permaneceu no novo código a exigência de que a cota de reserva ambiental



Leila Barros deu voto favorável à proposta que altera o Código Florestal

seja averbada na matrícula do imóvel, o que resulta numa situação não apropriada à regra geral da reserva legal, complementa o autor.

A relatora, Leila Barros (PSB-DF), apresentou voto favorável. Para ela, o controle das cotas de reserva ambiental pode ser realizado de forma mais efetiva pelo CAR do que mediante a averbação na matrícula do imóvel.

Gerenciamento

Segundo a senadora, a razão disso é que o CAR é gerenciado dentro de um sistema informatizado que vincula cada cota emitida pela entidade pública competente ao imóvel em que está inserida e ao imóvel beneficiário dela. “É incoerente permitir o controle da reserva legal apenas pelo CAR e exigir a averbação na matrícula do imóvel para a cota de reserva ambiental”, diz

Leila no relatório.

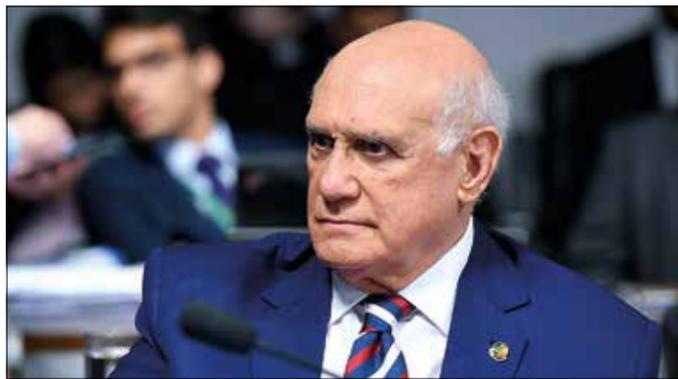
A comissão rejeitou o projeto que inclui como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do Programa Nacional de Aproveitamento de Resíduos Sólidos (PLS 328/2017). O relator, Luis Carlos Heinze (PP-RS), opinou pela rejeição da proposta, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES).

De acordo com o senador, a proposição diz respeito a um programa que integra o funcionamento da administração federal, cuja iniciativa é de competência privativa da Presidência da República. Heinze apontou também que a proposta não inova o ordenamento jurídico. O senador reconheceu o mérito da proposta, mas afirmou que já existe legislação (Lei 12.305, de 2010) que contempla as normas pretendidas pela proposição.

Desastre natural poderá ter prioridade de recursos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o projeto que acrescenta a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem de ação humana, quando a autoria não puder ser identificada, entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Se não houver recurso para o Plenário, o PLS 29/2018 será encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Do senador Lasier Martins (Podemos-RS), o projeto altera a Lei 7.797, de 1989, que instituiu o FNMA. Segundo Lasier, desde que foi criado, o fundo apoiou cerca de 1.450 projetos socioambientais, com recursos da ordem de R\$ 266 milhões, voltados às iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais. O senador informa que o FNMA é o mais antigo fundo ambiental da América Latina, e tem como objetivo principal contribuir, como agente financiador, para



Segundo Lasier Martins, fundo apoiou 1.450 projetos socioambientais

a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

O autor deixa claro que, entre os desastres ocorridos por ação humana, apenas devem ser alvo de destinação dos recursos aqueles cuja autoria não puder ser identificada, a fim de evitar que esse dinheiro seja destinado a custear as responsabilidades civil, penal e administrativa daqueles que comprovadamente causarem degradação ambiental.

A relatora, senadora Leila Barros (PSB-DF), apresentou voto favorável. Ela manteve

uma emenda de redação aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Audiência

A comissão também aprovou a realização de uma audiência pública para debater o papel de áreas protegidas no Brasil para territórios comunitários. Questões como geração de renda e conservação da biodiversidade no local estarão entre os temas do debate. O requerimento para a audiência é de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), presidente da CMA.

Contarato anuncia ação para obrigar aceite de recursos do G7

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), vai protocolar uma ação popular na Justiça Federal para que a União seja obrigada a aceitar a doação do G7 de US\$ 22 milhões para a Amazônia. O anúncio foi feito na abertura da reunião de ontem do colegiado.

O senador pediu uma reflexão sobre a situação da região amazônica. Com base em algumas matérias veiculadas pela imprensa, ele relatou que um grupo de WhatsApp, com cerca de 80 integrantes, foi usado para a organização do Dia do Fogo — como ficou conhecida a série de queimadas no Pará no último dia 10. Segundo o senador, fazem parte do grupo proprietários de lojas e donos de fazendas da região. Uma pessoa que participou do Dia do Fogo chegou a falar que “faltou gente para o serviço”.

Conforme a Rede Globo, o governo foi alertado sobre o Dia do Fogo. O Ministério Público do Pará comunicou o fato ao Ibama de Santarém. Segundo a denúncia, os integrantes do grupo disseram que “era preciso mostrar para o presidente que queremos trabalhar”. Por isso, fizeram as queimadas. Outras ações do tipo estariam previstas.

O senador criticou o enfraquecimento do Ibama e registrou que várias unidades



Contarato criticou o fechamento de várias unidades do Ibama

do órgão estão sendo fechadas, entre elas, as de Parintins e Humaitá, municípios do Amazonas. Contarato citou a denúncia da atuação de mineradores e produtores rurais em reservas indígenas e registrou que ao menos 80 marcas internacionais anunciaram a interrupção de compra de produtos brasileiros como protesto pelas queimadas.

— Essa postura coloca fogo nas matas, prejudica a economia brasileira e certamente vai aumentar o número de desempregados — declarou.

Chico Mendes

Na mesma reunião, Contarato anunciou que vai apresentar projeto de resolução para que o Senado institua o Prêmio Chico Mendes para matérias jornalísticas relacionadas à questão ambiental. A ideia, segundo ele, é premiar três matérias por ano, em sessão especial.

Cumprimento de acordos sobre o clima será tema de debate

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove hoje, às 10h, audiência pública com pesquisadores sobre o cumprimento ou não pelo governo brasileiro dos acordos assinados para a Política Nacional de Mudanças do Clima (Lei 12.187, de 2009).

O debate foi solicitado pelos senadores Fabiano Contarato (Rede-ES), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Carlos Viana (PSD-MG), entre outros.

As recentes notícias sobre os incêndios na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica deram origem à preocupação dos senadores sobre o cumprimento do Acordo de Paris, assinado pelo Brasil e mais de 180 países. O acordo estabeleceu metas para evitar o aumento da temperatura do planeta e seus efeitos. Segundo Randolfe Rodrigues, é fundamental o governo brasileiro honrar os acordos celebrados.

— O Brasil assinou o Acordo de Paris, comprometendo-se, perante a sociedade brasileira

e o mundo, a reduzir suas emissões em 37% até 2025. O Acordo de Paris entrou em vigor em 2016 e propõe iniciar em 2020 uma espécie de mutirão global com vistas a estabilizar o aquecimento da Terra bem abaixo de 2 graus centígrados neste século, buscando limitá-lo a 1,5 grau — afirmou o senador.

Convidados

Foram convidados para a audiência o coordenador de Desenvolvimento Sustentável da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gustavo Luedemann; o professor Mauro Meirelles Oliveira Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a representante da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima), Karen Silverwood-Cope; e o pesquisador Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Contrabando de defensivos provoca perdas de R\$ 11 bi

Representantes do governo e do setor agrícola mostraram ontem na Comissão de Agricultura estudo da Fiesp segundo o qual a indústria de agrotóxicos no país deixa de gerar quase 40 mil empregos por ano

O CONTRABANDO DE defensivos agrícolas ilegais para serem usados na produção brasileira tornou-se um crime de grandes proporções. Esse foi o ponto de destaque na audiência da Comissão de Agricultura (CRA), que ontem debateu o problema com autoridades do governo e do agronegócio.

O presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf), Luciano Barros, apresentou dados recentes de um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apontando o impacto em perdas para a economia que o contrabando de agrotóxicos já causa ao país.

— O governo federal tem sido lesado em R\$ 2 bilhões por ano em perdas de arrecadação tributária. Já os estados deixam de recolher cerca de R\$ 800 milhões em ICMS. Num cômputo geral, segundo a Fiesp, o produto interno bruto [PIB] é impactado negativamente em R\$ 3,2 bilhões, e as perdas em produção de todos os setores econômicos chegam a R\$ 11 bilhões — detalhou Barros.

Risco à saúde

O estudo da Fiesp mostra ainda que a indústria legal de defensivos agrícolas deixa de gerar quase 40 mil postos de trabalho por ano devido ao contrabando. Pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Defesa Vegetal (SindiVeg), que representa as



Presidente do colegiado, Soraya reclamou dos tributos sobre defensivos

empresas que atuam legalmente no mercado brasileiro, Andreza Fantine, chamou a atenção para os riscos à saúde pública que a generalização do produto ilegal significa.

— Os defensivos ilegais não têm segurança e eficácia garantidas por fabricantes ou autoridades. Os riscos à saúde são altamente imprevisíveis, pois ninguém sabe o que está dentro desses produtos.

O SindiVeg aponta que o Brasil já é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. E hoje, 20% da aplicação provém de contrabando, sobre o qual não há nenhum controle.

Fantine reforçou que os agrotóxicos ilegais são comprados sem orientação técnica, contribuindo para o aumento de riscos de intoxicação humana e contaminação ambiental. Quando as embalagens são abandonadas no ambiente ou descartadas em lixões e aterros, podem contaminar o solo, as águas superficiais e

subterrâneas.

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) reclamou que o mercado brasileiro de defensivos agrícolas é oligopolizado, sendo controlado por apenas quatro empresas. Essa situação leva ao abuso nos preços praticados pelas companhias, segundo o senador. Heinze defende que parte da solução para o problema passa por um acordo institucional com os governos do Paraguai e do Uruguai. Isso porque boa parte dos agrotóxicos ilegais vem destes dois países, a partir da produção asiática.

A presidente da CRA, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), reclamou ainda que a carga tributária brasileira sobre defensivos é muito mais alta que nas nações vizinhas. Fantine e Barros acrescentaram que os custos de produção e a formação de preços como um todo também explicam o fato de o produto brasileiro ser mais caro.

Fundo para calamidades pode ter recurso de loteria

O Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) poderá passar a receber 1% da arrecadação das loterias. A medida é sugerida em aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A relatora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), apresentou substitutivo ao texto do senador Alvaro Dias (Podemos-PR). O projeto (PL 580/2019) terá que passar

por turno complementar na comissão e depois seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Originalmente, Alvaro defendia que essa questão fosse regulada por uma lei específica, na qual a Caixa Econômica Federal seria autorizada a destinar 1% da arrecadação de todas as loterias para o Funcap.

Rose optou por oferecer um substitutivo direcionando as

mudanças para a Lei 13.756, de 2018, que regula a destinação dos valores gerados por essas apostas.

Para viabilizar o repasse de 1% da arrecadação com as apostas para o Funcap, o projeto reduz, no mesmo percentual, a alíquota fixada para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação. “Nos últimos dez anos, o fundo não tem recebido recursos e, por isso, está impedido financeiramente de cumprir o objetivo para o qual foi criado”, argumenta Alvaro na justificativa do projeto.

Para Rose, é de extrema relevância que se mantenha o Funcap com recursos suficientes para atender seus objetivos.

— Com esse percentual, seriam arrecadados cerca de R\$ 140 milhões por ano, segundo valores de 2017 e 2018.

Projeto proíbe liberação de agrotóxicos mais agressivos

Styvenson Valentim (Podemos-RN) quer proibir o registro e a comercialização de agrotóxicos que sejam mais tóxicos aos seres humanos e ao meio ambiente. O senador apresentou o PL 4.231/2019 nesse sentido, que está sendo relatado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo Styvenson, entre 2016 e 2017, o número de registros de agrotóxicos saltou de 277 para 405, e ainda há cerca de 2 mil pedidos de registro em avaliação. Em 2019 o crescimento não foi interrompido, o que preocupa Styvenson.

— Muitas vezes não se tem estudo nenhum sobre efeitos colaterais como cânceres e diversas formas de envenenamento resultantes do uso desses defensivos. As pessoas não sabem o que estão colocando na boca, o que estão ingerindo — alertou.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil é o país que



Eliziane é a relatora da proposta na Comissão de Meio Ambiente

mais gasta com agrotóxicos no mundo, seguido dos Estados Unidos e da China.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os agrotóxicos estão associados a diversos tipos de cânceres, infertilidade, transtornos de atenção, hiperatividade, autismo, problemas renais e no fígado, abortos e malformação de fetos, entre outros.

— Por que essa crescente liberação de tantos agrotóxicos, que inclusive foram proibidos em seus países de origem — questionou Styvenson.

Avança isenção de imposto para aposentados com fibromialgia

A fibromialgia poderá ser inserida no rol de doenças graves que autorizam a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre proventos de aposentadoria ou reforma. O benefício é previsto em projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PL 1.853/2019 segue para a decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta altera a legislação do IR (Lei 7.713, de 1988) e teve voto favorável do relator, senador Flávio Arns (Rede-PR). Síndrome grave, que se manifesta por uma dor musculoesquelética difusa e crônica, a fibromialgia pode levar seus portadores a uma situação de incapacidade. No Brasil, a doença afeta cerca de 2,5% da população, predominando entre as mulheres.

Nos Estados Unidos, os

gastos com saúde desses pacientes são de três a cinco vezes maiores que os da população em geral. Esses dados foram reunidos pelo senador Lucas Barreto (PSD-AP) na justificativa do projeto de sua autoria.

“Castigados pelas fortes dores que caracterizam a doença, os pacientes acabam dependendo seus poucos recursos para custear o tratamento”, argumenta Lucas na justificativa do projeto.

Para o relator, a iniciativa de isentar os contribuintes com fibromialgia do Imposto de Renda é louvável e justa.

— A gente pode imaginar esse drama, que é uma doença crônica, para a população de uma maneira geral — disse Arns.

Se for aprovado pela CAE, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário.

A CAS aprovou ainda requerimento de Rose de Freitas (Podemos-ES) para debater a hemofilia. A senadora quer ouvir o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, coordenadores do ministério, e representantes da Federação Brasileira de Hemofilia. Rose ressaltou a importância de entender os tipos da doença, que pode passar despercebida.



Projeto teve voto favorável do relator, senador Flávio Arns



Para Rose, fundo vai ajudar também a combater queimadas na Amazônia